



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE ARTES, LETRAS E JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

DYEPESON MARTINS SILVA

CASO JOSÉ NILSON: A ÉTICA NO JORNALISMO POLICIAL NO AMAPÁ

Macapá

2016

DYEPESON MARTINS SILVA

CASO JOSÉ NILSON: A ÉTICA NO JORNALISMO POLICIAL NO AMAPÁ

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em jornalismo, sob orientação do Prof. Msc. Antônio Sardinha.

Macapá

2016

DYEPESON MARTINS SILVA

CASO JOSÉ NILSON: A ÉTICA NO JORNALISMO POLICIAL NO AMAPÁ

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em jornalismo, sob orientação do Prof. Msc. Antônio Sardinha.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Antônio Carlos Sardinha

Lilyan Rodrigues

Ana Girlene

RESUMO

O projeto experimental trata-se de um livro reportagem sobre erros policiais e do sistema de segurança pública e justiça como um todo, além de equívocos da imprensa ao tratar de um suposto caso de abuso sexual envolvendo José Nilson dos Santos Sena, um rapaz que à época da acusação tinha 18 anos. Ele foi inocentado um mês após a prisão. Para a produção do livro reportagem, foram entrevistadas as partes envolvidas no caso e especialistas que analisaram o comportamento das instituições policiais e da mídia. Com isso, foi possível identificar o amadorismo existente nas redações jornalísticas e a precariedade dos sistemas policial, judiciário e prisional do estado na abordagem de temas envolvendo a violência contra a pessoa humana.

Palavras-chave: ética. Jornalismo. Polícia. Mídia amapaense.

ABSTRACT

The experimental design it is a book report on police errors and the system of public security and justice as a whole , as well as the press misunderstandings when dealing with an alleged case of sexual abuse involving José Nilson dos Sena Santos, a young man to time the charge was 18 . He was acquitted one month after the arrest . For the production of the book report , the parties involved in the case and experts who analyzed the behavior of the police institutions and the media were interviewed . Thus, it was possible to identify the existing amateurism in newsrooms and the precariousness of the police, judiciary and prison systems of the state in addressing issues involving violence against the human person .

Keywords: ethics. Journalism. Police. Amapá media.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	4
2	Problema de pesquisa.....	5
3	Justificativa.....	5
4	Objetivo geral.....	6
5	Objetivo específico.....	6
6	Referencial teórico.....	7
7	Metodologia.....	12
8	Conclusão.....	14
9	Referencial teórico.....	16
10	Entrevistas.....	17

1 Introdução

O livro-reportagem “Caso José Nilson: a ética no jornalismo policial no Amapá” discute as falhas policiais e os equívocos da mídia frente à história envolvendo José Nilson dos Santos Sena. Ele foi envolvido em um dos casos de maior repercussão no estado com desfecho impressionante.

O livro reportagem narra de forma detalhada os bastidores do caso envolvendo o jovem, que morava no interior do estado e viajou até Macapá com a companheira, uma jovem, de 18 anos, e o enteado, um bebê de um ano e dois meses.

Pouco tempo depois de chegar a capital amapaense o rapaz foi acusado de abusar sexualmente do enteado. A acusação foi realizada sem prova alguma, mesmo assim, José Nilson foi levado para a delegacia e o rosto dele estampado nas manchetes dos jornais.

O Jovem não teve garantido o direito de defesa. Ele foi levado para o presídio menos de vinte quatro horas depois de ser detido. O inquérito sobre o caso ainda estava em andamento e nenhuma prova concreta havia sido apresentada por testemunhas ou pela polícia.

A mídia repercutiu o caso incansavelmente, porém, a versão presente nas reportagens era somente a da polícia, o que acabou transformando José Nilson em um “monstro” que teria estuprado uma criança indefesa.

O rapaz foi linchado publicamente e, no presídio, espancado e estuprado dentro de uma cela. Após inúmeras agressões, José Nilson foi inocentado. O Ministério Público do Amapá pediu o arquivamento do processo por não haver provas comprovando o crime. Pelo contrário, um laudo da Polícia Técnico-científica do Amapá confirmou que o bebê não foi abusado sexualmente e que tudo se tratou de um mal entendido. A criança sofria de uma diarreia crônica.

O livro reportagem não pretende apenas narrar os bastidores e destacar a versão dos envolvidos no episódio, mas apresentar também, por meio da reportagem, a influência da mídia nesse processo e os problemas estruturais que a segurança pública estadual enfrenta. O caso mostra uma grande fragilidade das instituições, que não questionaram e investigaram os fatos de forma ampla e justa.

Com tais deficiências, erros acabam acontecendo como em uma reação em cadeia: os fatos são divulgados, a mídia os publica e um suspeito se torna acusado. Desta forma, o caso de José Nilson é apenas um representando inúmeros equívocos policiais e do jornalismo e mais, de uma relação pouco ética entre as fontes ligadas às instituições de segurança e os jornalistas.

2 Problema de pesquisa

A partir dos questionamentos sobre a conduta ética da imprensa durante a apuração de notícias policiais surgem questões sobre as causas e consequências de tais posicionamentos para a sociedade atual. Além disso, pergunta-se qual o papel do jornalismo diante de fatos que geram grande repercussão, a exemplo do caso narrado no livro reportagem.

Outra grande questão-problema norteadora do trabalho é a responsabilidade do jornalismo na cobertura do sistema de justiça e segurança pública, considerando a relação complexa envolvendo os jornalistas e as instituições policiais, permeada por deslizes éticos e técnicos no agendamento de questões envolvendo a violência e segurança pública.

3 Justificativa

A construção do livro reportagem é importante para ampliar o debate sobre problemas e equívocos relacionados à segurança pública e a mídia no tratamento do caso de José Nilson dos Santos Sena. Além disso, contribuirá para o jornalismo local, ampliando as discussões sobre a ética profissional no jornalismo amapaense.

Com o livro reportagem, por meio da apuração dos fatos, entrevistas com as partes envolvidas no caso e consulta a especialistas, será possível descrever como a pressão das redações jornalísticas na busca incessante por audiência e novas informações agilizaram o indiciamento do suspeito, mesmo sem que o processo de investigação fosse devidamente concluído. Também poderá ser elucidada a forma como a mídia optou em abordar o caso, usando somente o fato e a versão policial como peças para a construção de uma reportagem.

A experiência na cobertura local nos leva a perceber que o jornalismo policial no estado sempre esteve respaldado em uma única fonte para a produção das reportagens: a polícia, o que provoca fragilidade na cobertura jornalística.

Considerando o papel do jornalismo, percebe-se que a área jornalística policial vive de fatos, mas a cobertura e a abordagem são desconexas e pouco contextualizadas, deixando fora debates envolvendo a problemática da violência urbana. Neste caso, chamar a atenção para a necessidade de uma cobertura crítica é o que pretendemos com a produção do livro-reportagem.

4 Objetivo geral

O livro reportagem tem por finalidade levantar questionamentos sobre a postura ética do jornalismo policial no Amapá e ação dos órgãos de segurança locais na abordagem de crimes contra a pessoa humana, tomando como base a repercussão do caso de José Nilson dos Sena, condenado antecipadamente e inocentado *a posteriori* pelo estupro de uma criança de um ano e dois meses.

5 Objetivos específicos

Realizar pesquisa bibliográfica sobre jornalismo policial, ética jornalística e direito penal.

Elaborar a reportagem por meio da apuração dos fatos e entrevistas com as partes envolvidas no caso, além de especialistas em jornalismo policial e direito penal.

Elaborar projeto gráfico-editorial do livro reportagem.

6 Referencial teórico:

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros foi uma base importante para a elaboração do livro-reportagem, pois pontua que a ética e a apuração são princípios básicos a serem seguidos pela imprensa. O artigo 7º do Código de Ética salienta que “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela apuração dos acontecimentos e correta divulgação”.

A construção do livro reportagem também é importante para ampliar as discussões sobre o sensacionalismo e a influência da mídia em casos de violência urbana. Para Lima (1995), o livro reportagem proporciona ao leitor um maior universo de fatos que ampliam as discussões sobre o assunto em questão, além de uma maior contextualização sobre o tema.

Barreira (2013, p.3) diz que é através da difusão das representações sociais e culturais vinculadas na mídia, que certos valores são perpetuados, rejeitados ou transformados. Ele também afirma que a mídia constitui um palco contemporâneo do debate público. Segundo o autor, a mídia é “um terreno de disputas ferrenhas, onde as representações ideológicas de diversos grupos buscam espaço para fincar seus valores e construir o entendimento da realidade de acordo com os seus interesses”.

Pereira Júnior (2001, p. 63) “a notícia é uma forma de ver a realidade”, onde todas as informações veiculadas na imprensa são para fortalecer a cidadania na sociedade contemporânea. No caso específico das coberturas envolvendo violência urbana, a cobertura tem a possibilidade de agendar questões estruturais envolvendo os inúmeros casos de crimes e desrespeito aos direitos humanos.

Pacheco (2005, p.11) pontua que o jornalismo policial tem o papel importante de mostrar novos fatos de um caso e evidenciar aquilo que não é divulgado pela polícia:

Na guerra pela audiência as regras de um bom jornalismo são comumente esquecidas. As notícias sensacionalistas e que chocam atraem o público; contudo, na maior parte, são apuradas de forma inadequada, sem profundidade e com grandes possibilidades de distorcer o contexto real dos fatos.

A comercialização da informação pode ter provocado tal influência, conforme descreve Marcondes Filho:

O grau mais radical da mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência, na verdade, vende-se aquilo que a informação não irá desenvolver melhor que a manchete. Esta está carregada de apelo às carências psíquicas das pessoas e as explora-as de forma sádica, caluniadora e ridicularizadora (...) o jornalismo sensacionalista extrai do fato, da notícia, sua carga emotiva e apelativa e enaltece.

Fabrica uma nova notícia que a partir daí passa a se vender por si mesma”. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 15).

Antes de tudo, é preciso entender que casos de crimes contra a pessoa humana, envolvendo um julgamento precipitado, a culpa não pode ser direcionada somente a imprensa que, mesmo com a possibilidade de ter agido impulsionada pelo sensacionalismo não foi encarregada pelo inquérito criminal. O sistema de justiça frágil, pouco abordado na cobertura da própria mídia, tem limitações que precisam ser debatidas.

A ideia de que a culpa é isoladamente da mídia não vem de hoje, conforme ressalta Eugênio Bucci (2009, p. 23):

Não obstante, é verdade indiscutível que, assim como nos romances policiais se diz que o culpado acaba sendo o mordomo, a imprensa sai das crises políticas com a pecha de ter contribuído para agravar o sofrimento social. Nisso, temos uma das raras unanimidades suprapartidárias no Brasil e no mundo: quando se trata de pôr a culpa na imprensa, quase todos estão de acordo, ainda que com motivos antípodas.

O autor Danilo Agrimani, classifica casos policiais de grande repercussão como *Fait Divers* (introduzido por Roland Barthes no livro *Essais Critiques*, em 1964), não se encaixando em nenhuma editoria específica, algo excepcional que não se pode ser tratado somente como um assunto factual de polícia. Outros atores relacionam a linguagem a um formato sensacionalista, é o caso de Monestier (1982) que ressalta: “os jornais exprimem sentimentos ambíguos nos quais a muito custo de reconhecer se aquilo que importa é a admiração pelo transgressor da ordem, ou a reprovação indígena do seu ato”.

O *fait divers* que antes era representado em veículos específicos, tomou passos mais largos e passou a ser veiculado também em mídias tradicionais, como jornais impressos e telejornais. Daí a força da repercussão da mídia a respeito do caso de estupro ocorrido no Amapá que relatamos no livro-reportagem “Caso José Nilson: a ética no jornalismo policial no Amapá”. Para Fábica Dejavitte (2001) o *fait divers*, etimologicamente, remete à notícia do dia ou ao fato do dia. Ou seja, este termo francês relaciona-se às notícias variadas, que têm importância circunstancial, constituindo-se em um elemento relevante para a promoção e “alimentação” do entretenimento no noticiário.

A autora diz que um exemplo clássico de *fait divers*, que também serve para definir o que é notícia, é a velha história atribuída a Amus Cummings, editor do *New York Sun*, que acredita na seguinte ideia: se um cachorro morder a perna de um homem, não é notícia; mas se um homem morder a perna de um cachorro, é notícia. É claro que, faz parte das atividades normais de um cachorro, sair por aí mordendo as pernas daquelas pessoas com as quais ele não simpatiza, mas um homem morder as pernas dos cachorros de que ele não gosta, podendo

usar o pé para enxotá- los é absurdo. Daí o interesse de todo mundo em querer saber por que um cidadão adotou atitude tão esporádica. Esse fato narra o inusitado ou o sensacional, no sentido do que causa sensação ou emocional, componentes da narrativa policial estampada pelas capas dos jornais.

Segundo Pacheco (2005, p. 20), “as fontes oficiais repassam, na maioria das vezes, acontecimentos, mas não com uma visão jornalística, de forma isenta. Desta forma, pode a notícia perder em qualidade, tendo em vista que o repórter tem dificuldade em relatar o fato”.

O foco em notícias policiais, muitas vezes, é uma opção editorial. De acordo com Erbolato (1991), cada veículo segue uma determinada ideia ou proposta de acordo com as necessidades ou contexto. Dando assim maior destaque para certas atividades.

Porém, na editoria policial boa parte dos veículos produzem as reportagens de forma irresponsável em relação à apuração. Apuração esta, que pode mudar os rumos de uma história, assim como caracteriza Cristofolleti (2008, p.8). Para o autor, o jornalismo é uma atividade social, “que revela dados da realidade e interliga fatos desconexos para uma maior compreensão humana. É uma prática que orienta, instrui e denuncia desmandos e desvios”.

O autor pontua que o jornalismo é uma profissão que lida com pessoas, interesses, honras e reputações. “É um campo que dissemina afirmações, reforça preconceitos, forma opiniões e organiza (ou tenta organizar o cotidiano das pessoas). Por isso a responsabilidade cresce no exercício dessa profissão, já que há muita coisa em jogo” (Cristofolleti (2008, p. 9).

Cristofolleti também discorre sobre os princípios éticos a serem respeitados pelos meios de comunicação durante a abordagem de um fato. Ele diz que a credibilidade dos meios de comunicação não se resolve apenas com cuidados técnicos, mas também éticos.

Não basta então que repórteres e editores optem pela melhor foto ou papel de maior qualidade para a impressão. Se a publicação não demonstrar comprometimento com valores jornalísticos ou preocupação com seu público, terá manchada sua imagem socialmente. Pode ser questionada na sua seriedade, na sua independência editorial, por exemplo. E aí, estamos no terreno moral. (CRISTOFOLLETI, 2008. p.17)

Para Camassetto (2005.p 214) culturalmente no jornalismo existe a idéia de que notícias ruins são boas para a mídia. Ele diz que nas redações passou-se a pregar a ideia de que “quanto mais um acontecimento for negativo nas suas consequências, maior será a sua probabilidade de se tornar notícia”. Na obra “Mídia e o Sistema Penal no Capitalismo Tardio”, o autor ressalta que o jornalismo passa a atuar de forma política quando ao invés de uma narrativa fiel aos fatos dramatiza o caso para ganhar maior repercussão social:

Olhar para as relações entre a mídia e o sistema penal no capitalismo tardio implica abandonar instrumentos metodológicos tradicionais, essencialmente interessados no que se denominava criminogênese comunicacional¹¹. Sem embargo da contribuição de muitos trabalhos assim orientados, cumpre reconhecer que quando o jornalismo deixa de ser uma narrativa com pretensão de fidedignidade sobre a investigação de um crime ou sobre um processo em curso, e assume diretamente a função investigatória ou promove uma reconstrução dramatizada do caso – de alcance e repercussão fantasticamente superiores à reconstrução processual –, passou a atuar politicamente. (BATISTA, 2003. p.5).

O autor também comenta sobre a ingenuidade do discurso adotado pela mídia em contraste ao direito penal brasileiro, no que se refere a abordagem de um crime e os aspectos sociais que influenciam na construção de uma reportagem e no andamento dos processos criminais. Para Batista (2003), o discurso criminológico midiático constituiu-se de um instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas, e procura-se fundamentar-se em uma ética simplista (que o autor classifica como ‘ética da paz’) e numa história ficcional (um passado urbano cordial; saudades do que nunca existiu, aquilo que Gizlene Neder chamou de ‘utopias urbanas retrógradas’).

Batista ressalta ainda que o discurso criminológico tem o poder de exercer-se como discurso de lei e ordem com sabor “politicamente correto”. Naturalmente, esse discurso alia-se a outros que não reneguem o ponto de partida.

O autor salienta que os conflitos sociais podem ser lidos por meio de um único conceito, o de que “a tragédia fundiária brasileira é reduzida à dogmática do esbulho possessório, ainda que, para honra nossa, alguns tribunais tenham, em acórdãos jamais noticiados na plenitude de suas estruturas argumentativas” (Batista 2003, p. 8).

O exemplo de um caso que repercussão nacional e que poderia ter sido tratado de uma forma diferente pela foi o julgamento dos pais da menina Isabella Nardoni, que morreu após ter sido jogada de um prédio há sete anos, em São Paulo. Na obra “A influência da mídia no Caso Nardoni” Andrade destaca:

A liberdade de imprensa e de informação é um direito fundamental do atual Estado Democrático de Direito que vivemos. A um só tempo, serve como prerrogativa dos profissionais do jornalismo, para que possam laborar com desassombro no seu papel de (bem) informar o público e, de outro lado, serve como garantia para que o público tenha direito a ser bem informado para que possa formar adequadamente a sua opinião nessa sociedade livre e plural que é a mistura brasileira. (ANDRADE, 2010, p. 1)

Análises da polícia e da mídia sobre a forma como os depoimentos são concedidos podem mudar os rumos de uma história. Algo que poderia ter ocorrido no caso Escola Base, de São Paulo, por exemplo. Conhecido com um dos mais emblemáticos erros de cobertura no

jornalismo policial do país, onde os donos de uma escola particular foram acusados de abusar sexualmente de crianças de quatro anos de idade. Os proprietários foram linchados publicamente pela mídia e a escola foi fechada. Somente depois disso, os acusados foram inocentados e descobriu-se que não houve crime algum, a penas um mal entendido. O caso aconteceu em 1994.

O autor da obra (Ribeiro, 2003), que discorre sobre a influência da mídia no julgamento dos suspeitos de abusarem sexualmente de várias crianças, ressalta que se os profissionais-entrevistadores (médicos, psicólogos, assistentes sociais e o próprio magistrado) ouvissem o relato livre das crianças, sem emitir juízo de valor e atentassem para a forma como contaram o abuso, certamente o caso teria tomado outros rumos.

7 Metodologia

A produção do livro reportagem consistiu em cinco fases: apuração, entrevistas, escrita, revisão e diagramação. Antes da produção da obra foi necessário realizar pesquisa bibliográfica sobre os temas como jornalismo policial, ética no jornalismo direito penal.

A apuração se resumiu em um processo de pesquisa jornalística que durou três meses. Foram juntadas reportagens veiculadas pelos portais de notícias Seles Nafes e G1 Amapá sobre o caso, tal como as reportagens publicadas pelos jornais Diário do Amapá e Jornal do Dia, além de gravações veiculadas no programa de Rádio Luiz Melo Entrevista e nos programas de TV Bronca Pesada e Jornal da Record.

Na apuração também foi verificada a forma como o processo criminal de José Nilson foi conduzido e que fatores o envolveram. Tivemos acesso ao laudo da Polícia Técnico-científica do Amapá (Politec) feito no bebê de um ano e dois meses que, supostamente, teria sido estuprado.

Nesta fase inicial, foram verificados os endereços e contatos das partes envolvidas no caso e das fontes necessárias para a elaboração do livro reportagem. Além disso, foi apurada a situação atual da ação movida por José Nilson contra o Governo do Estado. A consulta a livros e artigos jornalísticos esteve presente em todas as fases de elaboração do livro reportagem.

Com as informações da apuração foi possível elaborar a pauta de entrevistas necessárias e o roteiro para a produção do livro.

A linha de entrevistas seguiu a seguinte ordem: primeiro foram entrevistadas as pessoas envolvidas diretamente no caso, José Nilson (o rapaz suspeito de estupro), a esposa dele, a mãe da esposa e a tia do jovem. Em seguida, foram entrevistadas as fontes policiais responsáveis pelo inquérito. Tentamos contato com todas as partes envolvidas neste processo, porém, algumas preferiram não conceder entrevista.

Após isso, foram ouvidos os especialistas, que ajudaram na compreensão dos fatos e opinaram sobre vários acontecimentos. O processo de entrevistas durou quatro meses. Por fim, nesta fase de produção da reportagem, foram solicitadas as notas oficiais das partes que não concederam entrevistas.

A terceira fase foi a escrita do livro reportagem, em que foram reunidas todas as informações colhidas anteriormente para que assim fosse definido os nomes e o número de capítulos. Esta fase durou três meses.

Na fase de revisão do livro reportagem, os eventuais erros gramaticais foram corrigidos, bem como equívocos relacionados a informações repassadas pelos especialistas. Esta fase durou duas semanas.

A última fase de elaboração do livro reportagem foi a diagramação. Nela fase foi necessário fazer pesquisas sobre o formato do livro, fontes e estilo. O livro foi dividido em

sete capítulos que contam o passo a passo da história de José Nilson dos Santos Sena, da prisão a soltura do rapaz, que foi inocentado.

O livro tem 14 centímetros de largura e 23 centímetros de comprimento. A ideia é um livro pequeno e compacto. O tamanho da fonte é o número 12. O livro tem um formato dinâmico para dinamizar a leitura, adotando a leveza e simplicidade na diagramação.

8 Conclusões

Com a produção do livro reportagem ficou claro que erros no andamento de processos criminais, como o de José Nilson, não podem, em hipótese alguma, serem considerados acidentais. Pelo contrário, falhas como as que ocorreram com o jovem são resultado de sistemas institucionais precários e sem investimentos.

O caso, provavelmente, teria tido um andamento diferente se a polícia não estivesse em um sistema de investigação viciado, em que declarações calorosas são suficientes para pôr alguém na cadeia. Além disso, a imagem de José Nilson não teria sido linchada publicamente se a mídia tivesse acompanhado o caso com mais cautela, ética e profissionalismo, atuando com certa independência na relação com as fontes policiais.

É possível concluir que imprensa vem perdendo ao longo dos anos um conceito básico pregado no jornalismo: a apuração. Até meados dos anos 90, antes da maioria das pessoas terem acesso a informações rápidas por meio da internet, a maior necessidade da imprensa não era publicar ou veicular uma notícia em tempo real, e sim repassar ela expondo todos os lados de uma história, por mais longo e complexo que o assunto fosse.

O imediatismo transformou a concorrência na mídia. Dar uma notícia em primeira mão se tornou prioridade. Com isso, os jornalistas acabam se tornando profissionais que não prezam pela apuração dos fatos e sim por um título bem feito e um “furo” de reportagem, embora, um “furo” de reportagem mal apurado fira os princípios éticos da profissão.

A apuração é o primeiro passo para a construção de uma reportagem. Sem ela, não há contextualização dos fatos e isso transforma uma reportagem em uma história repleta de fatos omissos.

Durante a produção do livro reportagem também foi possível perceber como o sensacionalismo tomou conta da mídia na busca pela audiência. O caso de José Nilson se tornou um grande imã para atrair o público. Os jornais aparentavam estar em uma competição para saber quem era capaz e publicar a imagem e a declaração mais forte relacionada ao caso.

Ficou claro também que a postura pouco profissionalizada dos profissionais da mídia comprometeu a credibilidade das reportagens. A emoção ao saber de um suposto estupro, de certa forma, pode ter fechado os olhos de muitos jornalistas ao divulgar o assunto.

Não é comum no Amapá o suspeito de um crime dar uma declaração de defesa à imprensa. Salvo em casos em que se trata de uma pessoa pública, como um deputado estadual ou um secretário de governo. Porém, por lei, o suspeito tem direito a resposta. Passo a passo em que o livro reportagem foi sendo construído ficou evidente que o direito de resposta é, na

maioria das vezes, ignorado pela mídia, quando não, se resume a uma pergunta: “você cometeu o crime ou não?”.

É notória a influência da mídia em casos de crimes de grande repercussão social. Mesmo não fazendo parte do sistema policial, a imprensa tornou-se uma peça chave para mudar os rumos de um processo criminal. No caso narrado no livro reportagem, a mídia deu visibilidade a suspeita do crime, levando José Nilson a ser condenado antecipadamente mesmo sem provas de autoria do delito. A publicidade do caso, de certa forma, pressionou os sistemas policial e judiciário a mostrarem agilidade e eficácia para punir o rapaz. Contudo, a punição ágil feriu não só os princípios legais, mas também os éticos.

Na produção do livro reportagem, foi possível observar como a pobreza e a falta e exclusão social são componentes que pensam na garantia do direito ao julgamento justo. O jovem não foi informado sobre o direito a advogado, não foi encaminhado a Defensoria Pública e ainda foi humilhado ao dar entrevistas em frente às câmeras.

O livro reportagem mostra quais fatores levaram um inocente a ser preso de forma rápida e taxado como criminoso pela mídia. A fragilidade do sistema de justiça e segurança também é um fator que pesou para os erros no caso, que pode ser considerado reflexo da realidade social que o país vive e a falta de investimentos nas instituições. Esses fatores atrelados ao preconceito, sensacionalismo e a falta de ética de profissionais levam a um efeito em cadeia em que as vítimas de um sistema social violento acabam sendo novamente subjugadas como fontes na representação pela mídia.

9 Referências

BARREIRA, Bruno. **Teorias e técnicas do jornalismo e da comunicação**, Ed. Independente. 2013

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Revista Brasileira de Ciências Criminais, "Revista Especial"**, 8º Seminário Internacional, nº 42. São Paulo: RT, jan.mar 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BUCCI, Eugênio. **Quando a culpa é da imprensa (mesmo sem tê-lá)**, 2009).

COMASSETO, Leandro Ramires. **A voz da aldeia: o rádio local e o comportamento da informação na nova ordem global**. Tese de doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 2005.

CRISTOFOLLETI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

DEJAVITE ,Fábia. **O poder do fait divers no jornalismo: humor, espetáculo e emoção**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**. São Paulo, Ática. 1986.

MONESTIER, Alain. **Fait divers**. 1982.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo Policial responsável**. 2005.

PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Lizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. 3.ed.Petrópolis: Vozes, 2010.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. Loyola, São Paulo 2005.

RIBEIRO, ALEX. **Caso Escola Base – Os abusos da Imprensa**. 2003.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo Investi-gativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus. 2005.

10 Entrevistas:

José Nilson, vítima.

Kleber Nascimento, advogado da vítima.

Osny Brito, advogado criminalista.

Danyelle Marques, professora da área de jornalismo.

Aldenor Benjamim, professor doutor em filosofia da comunicação.

Elen Costa, jornalista policial.

Helder Abreu, jornalista da área policial.

Lorena Kubota, editora do portal de notícias G1 Amapá.

Luciano Magnos, antropólogo.

Denner Macedo, psicólogo.

Daniel Mascarenhas, titular da Delegacia Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente (DERCA).

Elza Nogueira, delegada da Polícia Civil.